

A CASA DE CEUTA EM LISBOA

Miguel Gomes Martins

Tendo-se perdido o cartório da Casa de Ceuta – provavelmente incorporado na Casa da Índia –, torna-se particularmente difícil perceber com rigor o funcionamento deste departamento que originalmente centralizava todas as questões relacionadas com o abastecimento da praça-forte de Ceuta, conquistada pelos portugueses em Agosto de 1415 (Azevedo, 1915: XIII).

Documentada, pelo menos, desde Janeiro de 1434 (Azevedo, 1915: 52), a Casa de Ceuta tinha como principal missão a aquisição, o aprovisionamento e o envio de tudo o que fosse necessário à manutenção dessa e, mais tarde, das outras fortalezas norte-africanas dominadas pelos portugueses, nomeadamente das que foram conquistadas ainda durante o século XV: Alcácer Ceguer em 1458, Arzila e Tânger em 1471 (MH, 1971: XII, 79). Com efeito, as fontes referem o armazenamento de víveres (trigo, cevada, centeio, milho, peixe, carne, biscoito, vinagre, vinho, água-pé, açúcar, sal), o que levava a que algumas das dependências da Casa de Ceuta fossem designadas como “celeiro” (Farinha, 1994: 225); de armas (peças de artilharia de diferentes calibres, pelouros e pólvora, lanças, bestas, capacetes, paveses, couraças), de recipientes diversos (pipas, tonéis, caldeiras), e de objectos e utensílios tão diversificados quanto gadanhas de ferro, funis, arcas, mesas, ferrolhos, tecidos e sinos (Azevedo, 1915: 163-168, 168-172, 556-560; AHP, 2001: III, 76-77).

Do seu corpo de funcionários – de dimensão e composição desconhecidas, mas seguramente numeroso face à complexidade da sua missão – conhecem-se alguns cargos: vedores, tesoureiros, feitores, contadores, recebedores, escrivães, almoxarifes, porteiros, mas também tanoeiros, como Antão Anes (1436-1439), Pedro Anes e Rui Vasques (1440) (Azevedo, 1915: 53-54, 122-123 e 138-139). Ainda que as fontes não sejam suficientemente elucidativas, tudo leva a crer que, num dos lugares cimeiros da hierarquia da Casa de Ceuta se encontrava o tesoureiro-mor, cargo que foi desempenhado, entre outros, por Gonçalo Pacheco, morador

em Lisboa e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, documentado nesse cargo entre 1439 e 1459, ano em que auferia da Coroa uma tença anual de 8.000 reais brancos, a que acresciam outros 15.000 pagos pelo infante (Azevedo, 1915: 168-172; MH, 1972: XIII, 183-184). Aliás, muitos desses lugares foram ocupados, pelo menos até 1460, por membros da casa senhorial de D. Henrique, o que se explica, em boa medida, por ter sido a ele que D. João I encarregou, logo em Fevereiro de 1416, da gestão dos negócios de Ceuta (Farinha, 1994: 225).

Até 1436 a Casa de Ceuta terá sido instalada em Lisboa, nas imediações das Terceiras, onde lhe foi atribuído um edifício de dois ou três pisos pertencente ao concelho – que este, em 1438 ou 1439, procurou, sem sucesso, reaver (Azevedo, 1915: 115) –, na zona da Ribeira, o que a deixava estrategicamente localizada nas imediações dos locais de partida e de chegada das embarcações que ligavam a capital a essa praça norte-africana. Este edifício prolongava-se para norte, para lá da muralha Fernandina, até ao Beco (ou Rua) do Saco, no topo ocidental da antiga Rua da Ferraria, sobre a qual os sobrados dos pisos superiores faziam uma sacada e um alpendre, assentes em colunas de pedra (CML, 1950: I, 175-177; Silva, 1987a: II, 154; Azevedo, 1915: 349-350; MH, 1969: X, 20 e 593-595)¹.

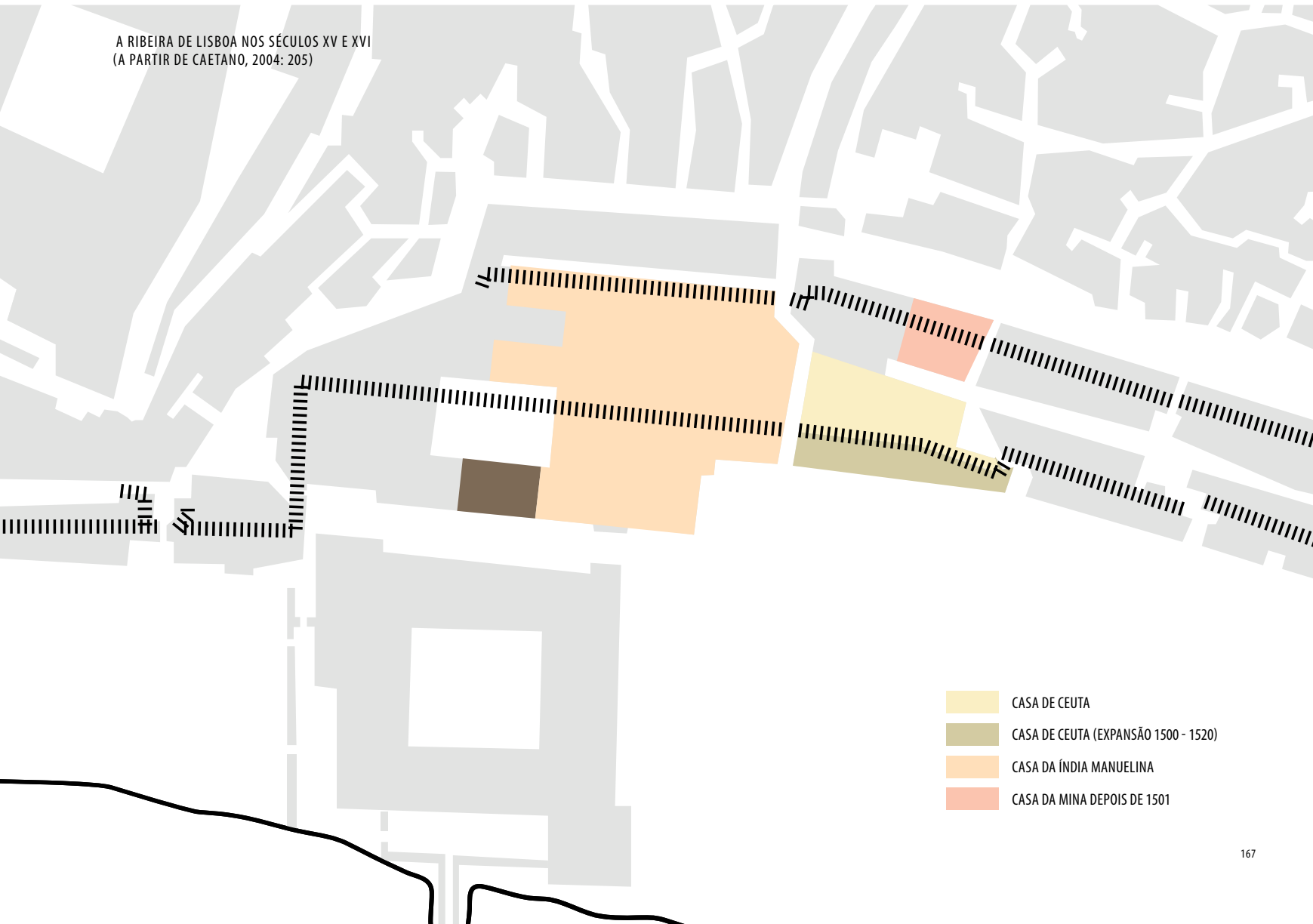
No entanto, em 1520, com o alargamento do Paço da Ribeira, a Casa de Ceuta – designada também como Casa do Desembargo da Cidade de Ceuta – perdeu as dependências situadas no exterior da Cerca Fernandina, ou seja, viradas para o rio – que ainda detinha em 1484 –, que começaram a ser usadas para os aposentos dos infantes (Senos, 2002: 71 e 239). Ou seja, a Casa de Ceuta passava a ter, tanto as suas dependências quanto o acesso, unicamente no interior do perímetro amuralhado da cidade (Caetano, 2004: 205-207). Contudo, a partir das últimas décadas do século XVI a Casa de Ceuta deixará também de estar aí localizada, altura em que o edifício é emprazado a particulares pela Câmara de Lisboa, não se sabendo ao certo para onde poderá ter sido deslo-

cado, embora seja possível que tivesse sido absorvida – ainda que com algum grau de autonomia – pela Casa da Índia, sendo integrada nos novos edifícios erguidos por D. João III na zona da Ribeira. Trata-se de um reflexo da perda de importância estratégica e política das praças-fortes norte-africanas, processo que viria a culminar com a extinção da Casa de Ceuta, em 1770, na sequência

do abandono de Mazagão, no ano anterior, a última das fortalezas controladas pelos portugueses no Norte de África (Farinha, 1994: 225).

¹ Vide também Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro II de D. João II*, doc. 10.

A RIBEIRA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI
(A PARTIR DE CAETANO, 2004: 205)



- CASA DE CEUTA
- CASA DE CEUTA (EXPANSÃO 1500 - 1520)
- CASA DA ÍNDIA MANUELINA
- CASA DA MINA DEPOIS DE 1501

14 de Reg. 233
330
Carta de sauej.
Concelho e homeens boos Nos El Rey vos enuiamos muito saudar fazemosus sabi que anos dispo
 q algumas pessoas de nossa terra quando vyinha o tempo da pescaria dos riuces/ tyinham no ryo de tejo certos cor-
 dores em q os matauom / com suas auargas Seram dos meliores q hi auya Snor consentyam que outre
 em elles pescasse de que se seguiyagran perda annuos de pequena condicom / por nom achare honde pescar de gu-
 sa que seu proueyto possam fazer. Do que anos no praz Equeremos q daq endeante no dicto ryo nom seja
 coutados nem deffesos nenhuns corredoyros per algumas pessoas de grande condico nem pequena salvo o corre-
 doyro d'escaroupim Eo corredoyro da lezira da verga q temos dados ao ffante dom henryq meu irmaao para
 de pda de cepta como ha em tempo qo tem Sacra dos nossos paacos de vallada / por q queremos q estem
 hi auargas nossos honde estauom as dellas meu Snor aja alma de aja E mandamos tyrar o nosso pallanque
 q hi estava por no per tornada apescaria em geral atodos os q pescar quierem per todo ho out ryo como sempre
 foy de costume Porem vos mandamos que mandes da nossa parte notificar aos pescadores dessa Cidade e
 seu theimo Saouta quaaes q que qrem hi pescar riuces ao dicto ryo q possam pescar desembarcadamente
 com suas auargas e redes per honde lhes prouguer salvo nos dictos tres corredoyros Equerem per uos dello al-
 gue deffender Equerendolhes alguma pessoa fazer alguim nojo salvo pescando irmaamte uos ou elles nollo fa-
 zer sabi peralhe todo mandamos corregir e darmos escarmiento per acharmos qo merecem. Damos em pto an
 toynho de noue de de Out. lourenço de guimaraes afy 1433 :
14 de Reg. 233
q os nauys e gente impedidos de teste se fante logo fora.

**CARTA DO REI D. DUARTE À CIDADE DE LISBOA, PROIBINDO A
 PESCA DO SÁVEL EM CERTAS PARTES DO RIO TEJO, RESERVADAS AO
 INFANTE D. HENRIQUE PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE CEUTA**

Pergaminho.
 Santo Antoninho. 1433 outubro 19
 47 x 34 x 10 cm
 Livro dos Pregos, f. 258v.
 Arquivo Municipal de Lisboa

“Concelho e homeens boons Nos El rey
 vos enviamos muito saudar. Fazemos vos
 saber que a nos disserom que algũas pes-
 soas de nossa terra quando viinha o tempo
 da pescaria dos savees tiinham no ryo de
 Tejo certos corredores em que os matavom
 com suas avargas e eram dos meliores que
 hiavya e nom consseutyam que outrem
 em elles pescasse de que se seguiyagram
 perda a muitos de pequena condicom por
 nom acharem honde pescar de guisa que
 seu proveyto possam fazer. Do que a nos
 nom praz e queremos que daqui endean-
 te no dictoryo nom sejam coutados nem
 deffesos nenhuns corredoyros per algũas
 pessoas de grande condicom nem peque-
 na salvo o corredoyro d’Escaroupim e o
 corredoyro da lezira da Verga **que teemos
 dados ao iffante dom Henrriquemeu irmãao
 pera as despesas de Çepta** como há gram
 tempo que o teem e acerca dos nossos
 paacos de Vallada porque queremos que

estem hi avargas nossas honde estavom
 as d’ell rey meu senhor cuja alma Deus aja.
 E mandamos tyrar o nosso pallanque que
 hi estava por nom seer torvada a pescaria
 em geeral a todos os que pescar quiserem
 per todo ho outro ryo como sempre foy de
 costume. Porem vos mandamos que man-
 dees da nossa parte notificar aos pescado-
 res dessa cidade e seu thermo e a outros
 quaaesquer que quiserem hir pescar savees
 ao dicto ryo que possam pescar desembar-
 gadamente com suas avargas e redes per
 honde lhes prouguer salvo nos dictos três
 corredoyros e que sejam seguros de lho
 alguém deffender e querendo lhes algũa
 pessoa fazer alguim nojo salvo pescando
 irmaamente vos ou elles nollo fazee saber
 pera lhe todo mandarmos corregir e dar-
 mos escarmiento segundo acharmos que
 o merecem. Dante em Sancto Antoninho
 dezenove dias de Outubro. Lourenço de
 Guimaraaes a fez 1433”.